

Direitos da Criança e do Adolescente na Guiné-Bissau: incidência pelo campo da Educomunicação na ONU em Genebra, na Itália e também experiências práticas realizadas no Quênia e em Botsuana.

Maria Célia Giudicissi Rehder

Introdução

O presente artigo aborda as temáticas apresentadas por Maria Célia Giudicissi Rehder na mesa “Educomunicação: caminhos da sociedade midiática pelos Direitos Humanos” realizada na ocasião do Seminário Anhembi Morumbi de Comunicação e Educação – Educomunicação e Direitos Humanos, realizado em outubro de 2014. O objetivo da mesa, de acordo com a ementa, foi promover reflexões sobre abordagem baseada na educomunicação para a promoção dos Direitos Humanos ao acesso à educação e às práticas culturais e de cidadania qualificadas, em que as mídias integram a rede de agentes sociais de maneira significativa e democrática e a comunicação seja um direito e um meio transversal de promover as transformações sociais.

A fim de atender a esta expectativa, Maria Célia Giudicissi Rehder - que é pesquisadora do NCE-USP desde 2002 e atualmente é membro do Conselho Deliberativo Científico (CDC) da ABPEducom e atua profissionalmente como Coordenadora de Projetos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação -, durante sua exposição no seminário, apresentou os principais resultados da sua tese acadêmica de mestrado intitulada “Uma abordagem baseada na educomunicação para os direitos da criança. Respondendo aos desafios da implementação do artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança na Guiné Bissau”, orientada pelo professor Paolo De Stefani do Centro de Direitos Humanos da Universidade de Padova, na Itália, defendida no *European Master in Human Rights and Democratisation* – Veneza – 20/09/2013.

A base do conteúdo de sua apresentação no seminário está registrada em artigo que foi publicado em língua inglesa para edição IV do Boletim Unifreire do Instituto Paulo Freire intitulado *An Educommunication based-approach for the right of the child in Guinea-Bissau: from Paulo Freire in the 70's to Figuiho Ocaia and RCJJ nowadays*¹⁷, cujo conteúdo agora é traduzido para a língua portuguesa pela autora especialmente para esta edição do *e-book* resultante do Seminário Anhembi Morumbi de Comunicação e Educação – Educomunicação e Direitos Humanos.

Uma abordagem baseada na educomunicação para os direitos da criança na Guiné-Bissau: de Paulo Freire na década de 70 até Figuiho Ocaia e RCJJ hoje em dia.

A menos de seis meses antes da próxima Revisão Periódica Universal (RPU) da Guiné-Bissau¹, reconhecendo a urgência de chamar a atenção da comunidade internacional, do governo brasileiro e da sociedade civil para as graves violações dos direitos das crianças que vêm ocorrendo na Guiné-Bissau, este artigo foi escrito por Maria Célia Giudicissi Rehder, membro do Comitê Deliberativo Científico (CDC) da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom). Este artigo é baseado em sua tese de mestrado, intitulada “Uma abordagem baseada na educomunicação para os direitos da criança. Enfrentando o desafio de implementar o artigo 12 da CRC na Guiné-Bissau”, supervisionada pelo Centro de Direitos Humanos da Universidade de Padova e defendida em setembro de 2013 no Mestrado Europeu em Direitos Humanos e Democratização, em Veneza, Itália.

¹⁷ Artigo disponível em: <http://boletim.unifreire.org/edicao04/pt/2014/08/27/an-educommunication-based-approach-for-the-right-of-the-child-in-guinea-bissau-from-paulo-freire-in-the-70s-to-figuiho-oacaia-and-rcjj-nowadays/> (acessado em 23 de agosto de 2015).

Pode a educomunicação ser uma boa abordagem para tratar dos desafios do cumprimento dos direitos da criança em Guiné-Bissau, especialmente o Artigo 12 da Convenção de Direitos da Criança (CDC), “participação” e o direito a voz? A reflexão em torno dessa pergunta é apresentada aqui com base em informações coletadas junto a diferentes atores que lidam diretamente com questões da criança. O arcabouço teórico desta pesquisa é fundamentado nas teorias de educomunicação encontradas tanto na bibliografia Paulo Freire da época em que ele esteve na Guiné-Bissau pós-independente, nos anos 1970, como nas experiências em educomunicação desenvolvidas nos dias atuais, principalmente a RCJJ – Rede de Crianças e Jovens Jornalistas da Guiné-Bissau. A voz da criança é o principal fio condutor desta pesquisa, cuja conclusão recomenda a adoção nacional de uma abordagem para os direitos humanos baseada na educomunicação a fim de enfrentar os desafios encontrados na implantação do Artigo 12 da CDC naquele país.

Em vista das mais recentes conclusões a que chegaram os especialistas do Comitê dos Direitos da Criança durante a 63a Sessão sobre a Guiné-Bissau², a resposta à principal hipótese é sim, mas somente se questões importantes de direitos humanos forem urgentemente tratadas pelo Estado, pela comunidade internacional e pela Sociedade Civil. Desde o último golpe de Estado, em 12 de abril de 2012, até as eleições de 2014, o país esteve sob um governo transitório. A situação não tem recebido muita atenção da comunidade internacional, o que também afeta o recebimento de ajuda ao desenvolvimento e transforma o país em uma terra de ninguém para traficantes.

I O crescente campo da Educomunicação

De acordo com os resultados de uma ampla pesquisa acadêmica desenvolvida em 1997 e 1998 pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE-USP), desde o século passado vem surgindo no Brasil um novo campo profissional e de intervenção social na interface das áreas

de comunicação e educação. Esse campo de chama Educomunicação³. A abordagem de livre expressão, diálogo e cooperação compõe o sustentáculo da educomunicação. Paulo Freire, em seu livro “Extensão ou Comunicação”⁴, refletiu sobre a importância da comunicação no processo de conhecimento. A relação humana básica é apresentada como algo social, igual, dialógico, a coparticipação dos sujeitos no ato de aprender.

Educomunicação pode ser definida como qualquer ação de comunicação desenvolvida em um espaço educativo no intuito de produzir o que o semioticista, filósofo e antropólogo colombiano naturalizado, Jesus Martín-Barbero, define como “ecossistema comunicativo”. Isso consiste na promoção de uma atmosfera dialógica e criativa em espaços educativos para que haja quebra com a hierarquia da distribuição de conhecimento, que deve dar lugar exatamente ao reconhecimento de que todas as pessoas envolvidas no fluxo de informação são produtoras de cultura, independentemente de sua função operacional no ambiente escolar⁵.

Em suma, o professor brasileiro Ismar de Oliveira Soares, pioneiro nos estudos ligados a esse campo, destaca que a educomunicação visa a formar cidadãos a partir do preceito básico de que todos têm o direito a comunicação e liberdade de expressão⁶. Esse campo se originou a partir das lutas pelos direitos humanos em diferentes situações de violação, principalmente do direito humano à comunicação e à liberdade de expressão nas ditaduras latino-americanas. No Brasil, nos anos 1970, Paulo Freire⁷ foi quem fez a conexão entre comunicação e educação ao renovar as teorias de comunicação para lançar as bases de uma nova pedagogia, reafirmando o conceito de “educação para os meios de comunicação” como uma atividade inerente à alfabetização de adultos e à educação popular.

A educomunicação vem tomando forma e crescendo ao longo das últimas décadas, inserida em um contexto multidisciplinar que vai além da academia. Em

2012, o Ministério da Saúde (Brasil) promoveu uma cooperação técnica em Educomunicação em Botswana e no Quênia para mudança de comportamento em HIV⁸. O Ministério da Educação (Brasil) também aplica a educomunicação como política pública por meio de um curso à distância chamado “Mídias na Educação”⁹. A UNESCO Brasil¹⁰ adotou a metodologia de educomunicação para promover conscientização em Educação para a Paz e Segurança Humana. Há aproximadamente uma década, a UNICEF Brasil¹¹ apoia a ONG “Viração Educomunicação”. Em 2011, a Universidade de São Paulo criou um curso de Licenciatura em Educomunicação e, em 2012, uma pós-graduação chamada Curso de Especialização em Educomunicação.

II Educomunicação na Guiné-Bissau

“Foi a rádio produzida por crianças que me fez querer ser membro da Rede de Crianças e Jovens Jornalistas da Guiné-Bissau (RCJJ) (...) Gostei muito de ouvir um amigo meu e muitas outras crianças falando sobre direitos da criança no rádio (...) Em 2008, eu me tornei um membro (...) a maneira como aquelas crianças falam no rádio. Eu aprendi muito sobre esse assunto (direitos da criança) porque toda semana falamos no rádio sobre tópicos relacionados à vida das crianças (...) Gostaria de dizer que vamos continuar a fazer nosso trabalho com ou sem o apoio de organizações nacionais ou internacionais”. (Ró Gilberto Gomes Cá, 2013).

Essas palavras foram ditas por Ró Gilberto Gomes Cá. Ele é um cidadão da Guiné-Bissau de 17 anos, e ainda é considerado uma criança de acordo com a definição da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC). Durante a entrevista¹², Ró Gilberto compartilhou por uma hora suas visões a respeito dos desafios da implantação da CDC em seu país, tendo como foco o artigo 12.

“O Artigo 12 da CDC personalizado pela atitude ativa das crianças”. Essa frase pode ser usada para definir o trabalho da RCJJ, que foi criada em 2006 em

Bissau, com apoio do UNICEF. Atualmente, mais de 50 crianças são membros. Elas produzem um programa de rádio toda semana. Desde 2009, a RCJJ não recebe nenhum apoio financeiro fixo. Não há orçamento para a água e a merenda das crianças, que se encontram todo domingo à tarde em uma das salas de uma escola pública sem energia elétrica e com o teto parcialmente destruído.

A educomunicação já tem sido colocada em prática na Guiné-Bissau em algumas iniciativas como a RCJJ, porém, ainda não há o reconhecimento de sua adoção ou existência enquanto um campo de conhecimento com essa terminologia. Apesar de não usar o termo educomunicação, nos anos 1970, o educador brasileiro Paulo Freire se engajou na democratização da educação com seus métodos de alfabetização na Guiné-Bissau. Seu legado é um livro intitulado “Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo”¹³, escrito em 1977.

Segundo Moacir Gadotti¹⁴, a obra de Paulo Freire na África foi decisiva para sua carreira, não somente por tê-lo reaproximado de sua própria história e apresentado novos desafios no campo da alfabetização de adultos, mas principalmente pelo encontro com a teoria e a prática do extraordinário pensador e revolucionário chamado Amílcar Cabral (1924-1973). Em suas obras, Freire se refere com frequência ao pensamento de Cabral. O que há de mais notável na abordagem que Paulo Freire dá à Guiné-Bissau foi que ele não preceitou nenhuma metodologia de ensino. Ele ficou fascinado pelas teorias de Amílcar Cabral, o herói da resistência que lutou pela independência da Guiné-Bissau.

Trazendo a reflexão para os nossos dias, o primeiro autor da Guiné-Bissau a publicar um artigo (“O Rádio é Escola para os que não têm Escola”) sobre educomunicação, utilizando essa terminologia específica, foi Figuiinho Ocaia¹⁵, fundador e primeiro presidente da Associação Guineense de Professores de Português (AGUIPP). Ele foi um dos dez professores que participaram da experiência piloto de um curso sobre Educomunicação¹⁶, criado para professores

em parceria entre a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o NCE-USP, com o apoio da Embaixada do Brasil em Bissau. Ao final do curso, Ocaia publicou o artigo no jornal Expresso Bissau em 24 de fevereiro de 2012. Ele defendeu a importância do uso do rádio em atividades pedagógicas na Guiné-Bissau, chamando a atenção do Governo e da comunidade internacional, principalmente das embaixadas de países lusófonos, sobre a importância da educomunicação como base para cooperação. Segundo Ocaia, a educomunicação por meio do rádio vem preencher a falta de livros e material didático, além de ajudar nas dificuldades orais dos alunos.

Referências

BARBERO, Jesús Martín, **De los Medios a las Mediaciones, Comunicación, Cultura e Hegemonia**. Barcelona: Editorial Gustavo Grilli, 1987.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1971.

GADOTTI, Moacir. “Paulo Freire na África: notas sobre o encontro da pedagogia freiriana com a práxis política de Amílcar Cabral”, Cabo Verde: **Fórum Paulo FREIRE**, 2010, at:<http://siteantigo.paulofreire.org/Crpf/LegadoPFArtigos>. (Consultado em maio de 2013).

SOARES, Ismar de Oliveira. “Comunicação/Educação, a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais”. Brasília: **Contacto**, ano 1, V II, 1999.

OCAIA, Figuiño. “O Rádio é Escola para os que não têm escola”. **Jornal Expresso Bissau**. Bissau: 24 de fevereiro de 2012, p.12-13.

Autora



Maria Célia Giudicissi Rehder. Pesquisadora do NCE/USP e associada da ABPEducom. A jornalista Maria Célia Giudicissi Rehder é especialista em Educomunicação (ECA-USP), Mestre em Direitos Humanos e Democratização (European Inter-University Center for Human Rights and Democratisation). Morou por 18 meses na Guiné-Bissau onde ocupou o cargo de oficial de comunicação das Nações Unidas naquele país, desenvolvendo ações diretas de educomunicação com a Rede de Crianças e Jovens Jornalistas da Guiné-Bissau. Neste período também concebeu, conjuntamente e com a supervisão do professor Ismar de Oliveira Soares e da professora Patrícia Horta, um curso piloto - versão adaptada do Mídias na Educação - de formação para professores guineenses, com o apoio da Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau. Contato: maria.rehdersp@gmail.com